

SEÇÃO ARTIGOS

**Educação Pública Paranaense:
entre a prescrição do Estado e a autonomia docente**

**Public Education in Paraná:
between State prescription and teacher autonomy**

**Educación pública paranaense:
entre la prescripción estatal y la autonomía docente**

DOI: <https://doi.org/10.22409/w57b4134>

 [Enuar Yesid Calambas Trochez](#)¹

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA),
Paraná, Brasil
e-mail: eyc.trochez.2019@aluno.unila.edu.br

 [Marcelo Augusto Rocha](#)²

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA),
Paraná, Brasil
e-mail: marcelo.rocha@unila.edu.br

Resumo

Esta pesquisa investigou como as políticas públicas educacionais neoliberais, têm interferido na autonomia docente de professores de geografia do município de Foz do Iguaçu – PR. Motivado por experiências vivenciadas durante estágios supervisionados e pelas inquietações acerca dos limites impostos à atuação docente, o estudo teve como objetivo geral, compreender os impactos dessas políticas na prática pedagógica dos professores. A metodologia de pesquisa do trabalho incluiu uma revisão bibliográfica fundamentada em autores críticos da platformização e do controle curricular e a aplicação de um questionário a docentes atuantes na rede pública estadual. Os resultados revelaram que a autonomia docente tem sido sistematicamente comprometida por práticas de padronização do currículo, imposições de plataformas digitais, exigência de cumprimento de metas e centralização da avaliação. Tais mecanismos resultam em sobrecarga burocrática, esvaziamento do papel crítico do professor e precarização das condições de trabalho, criando condições que podem afetar a sua saúde física e mental, bem como o papel do professor e a função social da escola. O trabalho foi estruturado em três seções: revisão bibliográfica, metodologia, análise e apresentação dos resultados. Ao final, concluiu-se que a autonomia docente é condição essencial para uma educação democrática e significativa, sendo urgente sua defesa frente ao avanço de políticas neoliberais que desconsideram as complexidades da prática pedagógica e os direitos dos profissionais da educação.

Palavras-chave

Limitação da liberdade pedagógica; Neoliberalismo e políticas educacionais; Precarização do trabalho docente.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

² Doutor em Ensino de Ciências pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente é docente permanente e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional (PPGEDU) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Abstract

This study investigated how neoliberal public education policies have interfered with the professional autonomy of geography teachers in the municipality of Foz do Iguaçu, Paraná, Brazil. Motivated by experiences during supervised teaching placements and by concerns regarding the limits imposed on teachers' professional practice, the study's overarching objective was to understand the impacts of these policies on teachers' pedagogical work. The research methodology comprised a literature review grounded in critical scholarship on platformization and curricular control, as well as the administration of a questionnaire to teachers working in the state public-school system. The findings indicate that teacher autonomy has been systematically undermined through curriculum standardization practices, the imposition of digital platforms, requirements to meet performance targets, and the centralization of assessment. These mechanisms generate bureaucratic overload, erode teachers' critical role, and contribute to the precarization of working conditions, thereby creating circumstances that may affect teachers' physical and mental health, as well as the teaching profession and the school's social function. The study was organized into three sections: literature review, methodology, and analysis and presentation of results. In conclusion, teacher autonomy was identified as an essential condition for democratic and meaningful education, and its defense is urgent in the face of the expansion of neoliberal policies that disregard the complexities of pedagogical practice and the rights of education professionals.

Keywords

Restriction of pedagogical freedom; Neoliberalism and educational policies; Deterioration of teachers.

Resumen

Esta investigación examinó cómo las políticas públicas educativas de orientación neoliberal han interferido en la autonomía profesional de docentes de Geografía del municipio de Foz do Iguaçu, en el estado de Paraná, Brasil. Impulsado por experiencias vividas durante prácticas supervisadas y por inquietudes respecto de los límites impuestos al ejercicio docente, el estudio tuvo como objetivo general comprender los impactos de dichas políticas en la práctica pedagógica del profesorado. La metodología incluyó una revisión bibliográfica sustentada en autores críticos de la plataformización y del control curricular, así como la aplicación de un cuestionario a docentes en ejercicio en la red pública estatal. Los resultados evidenciaron que la autonomía docente ha sido comprometida de manera sistemática mediante prácticas de estandarización curricular, imposición de plataformas digitales, exigencias de cumplimiento de metas y centralización de la evaluación. Estos mecanismos generan sobrecarga burocrática, vacían el papel crítico del profesorado y contribuyen a la precarización de las condiciones de trabajo, creando escenarios que pueden afectar la salud física y mental de las y los docentes, así como la profesión docente y la función social de la escuela. El trabajo se estructuró en tres secciones: revisión bibliográfica, metodología y análisis y presentación de resultados. En síntesis, se concluyó que la autonomía docente constituye una condición esencial para una educación democrática y significativa, por lo que resulta urgente su defensa frente al avance de políticas neoliberales que desconsideran las complejidades de la práctica pedagógica y los derechos de las y los profesionales de la educación.

Palabras clave

Restricción de la libertad pedagógica; Neoliberalismo y políticas educativas; Precarización del trabajo docente.

Introdução

A motivação para esta pesquisa se dá a partir das diversas limitações impostas aos professores da Educação Básica observadas em sala de aula durante a realização dos estágios supervisionados na cidade de Foz do Iguaçu – PR. As angustias geradas neste período formativo

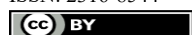
AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

proporcionaram distintos questionamentos a respeito da profissão docente. Este estudo dedica-se a responder um destes: em que medida as políticas públicas educacionais neoliberais e os agentes da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), subdivididos nos diversos Núcleos Regionais de Educação (NRE) espalhados pelo Estado, tem interferido no nível de autonomia dos professores da Educação Básica do Estado do Paraná?

O objeto geral da pesquisa foi investigar como as atuais políticas educacionais têm interferido na autonomia dos professores da Rede Estadual de Educação do município de Foz do Iguaçu – PR. Investigar a autonomia dos professores tem se mostrado necessário a partir da intensificação de normativas governamentais na área da educação pública, alinhadas ao neoliberalismo, criadas com o discurso de inovação tecnológica e pedagógica para garantir a melhoria da qualidade educacional oferecida pelo Estado. Ocorre que, na prática, estudos como os de Gomes, (2021); Melo (2022); Pacheco e Silva (2023); Pasini (2021); Ribeiro e Tavares (2024); Silveira (2025); Andrade Oliveira (2022); Santos (2022); Contreras (2002), entre outros, analisam e discutem como o avanço dessas políticas tem gerado diferentes formas de cerceamento da autonomia docente, de controle curricular, do avanço da plataformização e de como as avaliações em larga escala estão transformando a função social da escola e o fazer docente na atualidade.

Nos últimos anos, diversos autores têm se dedicado a estudar os impactos do avanço neoliberal na educação pública. Pacheco e Silva (2023), por exemplo, destacam como as avaliações padronizadas, realizadas em larga escala, têm imposto limitações a autonomia dos professores na educação básica. Freitas (2021), discute a influência econômica de empresas especializadas em plataformas na educação pública, tecendo novos arranjos e desafios para os professores. Maya (2022), aponta como as plataformas de aprendizagem *online* têm agido na reconfiguração do trabalho docente. Santos e Ribeiro (2023), relacionam o uso de plataformas digitais com o controle e o poder, discutindo as consequências da governança algorítmica em ambientes virtuais de aprendizagem. Silva e Almeida (2024), ampliam a análise a respeito de como a plataformização tem se estruturado principalmente depois da pandemia e quais as implicações disso para a autonomia docente no ensino remoto.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaios de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Na mesma linha de investigação, Oliveira (2023), analisa como políticas conservadoras vêm cerceando o direito à práxis pedagógica livre, impondo diretrizes rígidas e controle ideológico sobre o trabalho dos professores. Melo (2022), enfatiza os vieses da mercantilização e do controle na nova face da gestão escolar com características neoliberais e tecnicistas e seus efeitos, na autonomia dos professores. Santos (2022), examina especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como instrumento de padronização e vigilância, apontando seu papel no esvaziamento da autonomia didática. Gomes (2021), corrobora esta análise, apontando os impactos da BNCC na práxis docente, como o aumento do controle curricular e o desmonte da autonomia dos professores.

Este estudo vem se somar aos demais, dando sua contribuição para, nas palavras de Freire (1980), denunciar e anunciar o atual estado de abuso de poder e opressão político-administrativa-pedagógica, comparável, no nível das decisões políticas, ao que ficou conhecido na História como “Doutrina do Choque”³ (Klein, 2008). Busca-se denunciar, ao identificar e criticar a realidade opressora com a qual convive hoje, o corpo de professores das escolas públicas do Estado do Paraná. Ao mesmo tempo, ao se ampliar a anúncio desses fatos às entidades da sociedade civil organizada, para além dos professores, dos profissionais da educação e de toda a comunidade escolar, incluindo pais e responsáveis, busca-se também contribuir dando suporte para os princípios da pedagogia da libertação, subsidiando possíveis formas de enfrentamento por parte dos professores. Estas ações se fazem necessárias por serem expressão da esperança e da possibilidade de mudanças reais no atual cenário educacional paranaense.

O trabalho está dividido em três partes, sendo que o primeiro elenca pesquisas que tem investigado como as políticas educacionais neoliberais têm afetado a autonomia docente nas últimas décadas, com mais ênfase no pós-pandemia. A segunda parte trás o detalhamento da metodologia da pesquisa pontuando o passo a passo em cada fase do estudo. A terceira parte apresenta a análise dos dados e os resultados da pesquisa.

³ *A Doutrina do Choque (The Shock Doctrine)* é um documentário de 2009, baseado no livro homônimo da autora e ativista canadense Naomi Klein, publicado em 2007. A tese principal da autora é que a imposição de regimes econômicos neoliberais é precedida de um estado de choque coletivo.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Políticas Educacionais Neoliberais X Autonomia Docente

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), vem há décadas cumprindo um papel de destaque na formulação de diretrizes globais sobre educação, ciência e cultura, alinhadas ao mercado e sob a influência de princípios neoliberais. Entre os mecanismos de controle, cita-se a definição de metas para o programa Educação para Todos (EFA) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade). Da mesma forma, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) influencia na criação de indicadores e de avaliações internacionais como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). Por meio dos resultados, utiliza de comparações internacionais para influenciar políticas públicas em países em desenvolvimento a reformarem seus currículos para se alinhar as avaliações em larga escala para melhorar seu desempenho no PISA.

O Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD), por sua vez, financia projetos educacionais, especialmente em países em desenvolvimento. Neste processo, estimula políticas de gestão por resultados, padronização curricular e avaliações externas. A rigor, promove a mercantilização da educação e enfraquece a autonomia docente. Do mesmo modo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), embora não atue diretamente na educação, influencia políticas fiscais que afetam o financiamento da educação pública, recomendando cortes de gastos ou “austeridade”, o que acaba por resultar na redução de investimentos em educação e dos direitos dos trabalhadores da área educacional. A Organização Mundial do Comércio (OMC), defende a liberalização dos serviços, incluindo a educação. Mais recentemente, tem pressionado por ampliar ainda mais a abertura de mercado para instituições privadas, inclusive internacionais, no setor educacional, favorecendo grupos financeiros interessados na exploração de atividades como a plataformação e a entrada de grandes empresas de tecnologia no campo educacional.

Diversos autores como Libâneo (2016), Torres Santomé (2005), Arroyo (2012), entre outros, analisam o caráter neoliberal dessas influências, destacando a imposição de modelos padronizados de ensino, o avanço de avaliações internas e externas em larga escala, o incentivo à privatização indireta por meio de parcerias público-privadas e de plataformas digitais e o

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

enfraquecimento da autonomia dos sistemas educacionais nacionais e locais. Este modelo de exploração não é novo, apenas está sendo adaptado para a área educacional. A padronização dos currículos e sistemas de ensino, bem como da homogeneização e redução do trabalho docente, é uma jogada para reduzir os custos e aumentar a produção, como se fez nos com os modelos fordista e taylorista. Ao adaptarem aspectos desse modelo para a realidade escolar, transformam a prática docente à posição de consumidores e não como criadores de conhecimento. Dessa forma, o professor tem visto seu papel profissional ser cada vez mais reduzido ao de um técnico, aplicador de programas e pacotes curriculares, diante do grau de detalhamento dos currículos (Contreras, 2002).

Enquanto Freire (1996) relaciona a autonomia docente à ética e à liberdade, destacando que esta se constrói no exercício cotidiano da prática em sala de aula, na reflexão crítica e no compromisso com a transformação social, Contreras (2002) enfatiza que a autonomia não se reduz a uma liberdade individual do professor, mas envolve a possibilidade de tomar decisões fundamentadas em diálogo com o contexto social e institucional. Libâneo (2012) engloba os dois conceitos ao compreender a autonomia docente como parte essencial da identidade profissional do professor, estando vinculada ao domínio do conhecimento pedagógico e didático, ao compromisso com a função social da escola e à capacidade crítica de resistir a imposições burocráticas ou meramente técnicas. Em outras palavras, o professor autônomo não é aquele que “faz o que quer”, mas aquele que toma decisões orientadas por princípios pedagógicos e sociais, em defesa de uma educação de qualidade e democrática.

A autonomia, como se vê, é essencial ao trabalho docente, pois refere-se à liberdade de ensinar e aprender. Neste universo, é o docente quem tem condições de gerir os processos de ensino e de aprendizagem. Para Oliveira (2023) ao atacar a autonomia docente, se enfraquece a capacidade dos professores de pensar e refletir criticamente e de planejar e executar seu trabalho de forma criativa e contextualizada, como se espera de um bom ambiente de aprendizagem. Esses ataques corroboram ainda para a desintelectualização do trabalho docente e o esvaziamento de sentido da sua atividade.

Campanhas realizadas pelos defensores de propostas como a escola sem partido e contra a chamada “ideologia de gênero”, assim como os simpatizantes da militarização das escolas

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

públicas, representam ameaças substantivas à autonomia docente e ao desempenho do processo educativo. Esses movimentos abriram caminho para a proliferação das políticas neoliberais na educação, ampliando e diversificando ainda mais os ataques à autonomia docente. Esses grupos, ao incitarem os estudantes a denunciarem seus professores quando estes assumem uma posição político-ideológica diferente da deles, ou quando abordavam assuntos concernentes a gênero e sexualidade, levavam os alunos a produzirem instrumentos de intimidação para promover o constrangimento desses profissionais (Oliveira, 2023).

No estado do Paraná, o processo de privatização da educação, de maior arrocho e controle dos processos de ensino, de precarização de direitos e de ataques a autonomia dos professores, teve início ainda no primeiro mandato do governador Carlos Roberto Massa Júnior (Ratinho Junior – PSD-PR), mas foi intensificado e potencializado com o advento da pandemia da covid-19. De lá para cá, outras políticas têm se somado aos ataques a educação pública paranaense, intensificando as cobranças por resultados quantitativos, distantes da realidade educacional. Nessa mesma linha, a rotina escolar, sua gestão e os demais processos seguem submetidos à lógica da gestão privada, que vai na contramão da autonomia pedagógica. Nuances desse mesmo panorama preocupante na Educação Pública vem se repetindo em outros estados da federação, para além do Paraná, não por acaso, nos estados governados por políticos de extrema-direita da política nacional, mais especificamente: Romeu Zema (Novo-MG), Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), Cláudio Castro (PL-RJ), Ronaldo Caiado (União Brasil – GO), Jorginho Mello (PL-SC), Wilson Lima (União Brasil-AM) e Mauro Mendes (União-MT).

Os valores e princípios defendidos pela direita são a expressão de uma realidade que vem ganhando força junto à população, sobretudo por meio da divulgação de informações falsas nas redes sociais e por maquiagem nos dados oficiais da educação. A visão conservadora e as vezes cínica ou alienada dos fatos sugere que a solução para os desafios da educação é simples, e que esses problemas podem ser superados soluções padronizadas, como se a escola fosse uma fábrica. O uso exagerado de tecnologia, seja por meio de *softwares*, plataformas ou aplicativos, é um bom exemplo disso.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

A forma apressada e agressiva com que as ações de desconfiguração da educação pública percorrem toda a sua extensão, desde o topo até a base, tem feito com que o principal efeito seja a submissão da comunidade escolar aos interesses de setores privados. Junto com o peso das medidas impostas pelo governo, ocorre o discurso da melhoria da qualidade da educação e da gestão escolar por meio do aprofundamento da relação do poder público com instituições privadas; entretanto, o que se observa, a bem da verdade, é a transferência da lógica de mercado do setor privado para as escolas e, conseqüentemente, de recursos públicos para empresas (Oliveira, 2023).

O ideário neoliberal e conservador busca redefinir as relações entre o público e o privado, controlar os conteúdos escolares e impedir a livre circulação de ideias no ambiente escolar, com propostas de formação de empreendedores, educação domiciliar, militarização das escolas e competências socioemocionais enfatizadas na BNCC. O resultado prático desse processo tem sido que os professores e os alunos, são levados a repensar a necessidade de se adaptar ao mundo do individualismo, da competição e da responsabilização não apenas no que diz respeito ao processo produtivo, mas no sentido da responsabilização por sua condição de empregabilidade.

A constituição federal de 1988, no artigo 206, II, garante a liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, protegendo o professor contra censura ou imposições ideológicas (Brasil, 1988). A lei de diretrizes e bases da educação nacional, lei 9.394 de 1996, dá deveres ao professor de planejar, participar do projeto da escola, avaliar alunos, garantindo liberdade pedagógica, mas ao mesmo tempo limita o professor porque exige dele que siga o projeto pedagógico da escola e as diretrizes da rede (Brasil, 1996).

Embora os Parâmetros Curriculares também norteassem o trabalho docente, estes eram tidos, na prática, apenas como indicadores. Daí a importância do atual projeto neoliberal de se criar uma lei na qual o professor ficasse efetivamente refém do currículo imposto a todos os estados da federação. A BNCC surge nesse interim, e é um dos principais pilares da precarização do trabalho docente, possibilitando aos estados, em certa medida, atacar os direitos e a autonomia dos professores.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaios de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Metodologia

Optou-se por adotar uma perspectiva quali-quantitativa, buscando articular a profundidade da análise qualitativa com a objetividade da análise quantitativa por compreender que esse tipo de abordagem é mais adequada para a compreensão dos significados, experiências e subjetividades contidas no contexto estudado. Essa abordagem envolve um conjunto de práticas interpretativas e procedimentos em um mesmo estudo de forma complementar ou sequencial a fim de compreender um fenômeno com maior profundidade e abrangência.

Esse tipo de pesquisa é caracterizado por ser descritiva, indutiva e centrada no processo, valorizando os significados atribuídos pelos participantes (Bogdan; Biklen, 1994). A escolha por essa metodologia também se justifica pelo interesse em compreender as dinâmicas interculturais presentes nas práticas pedagógicas e curriculares, o que exige uma escuta atenta, uma postura reflexiva e uma análise contextualizada.

Entre as metodologias de coleta de dados empregadas na pesquisa, destaca-se a pesquisa bibliográfica (Gil, 2019). Esta fase da pesquisa iniciou-se pela utilização de palavras chave como “precarização do trabalho docente”; “controle do trabalho docente”; “mercantilização da educação”; “privatização da educação”; “pejotização da educação”; “uberização da educação”; “políticas educacionais neoliberais”; “autonomia docente”; “flexibilização de direitos dos professores”; entre outras, em plataformas como o *Google Scholar* (Google Acadêmico), CAPES Periódicos, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e a SciELO Brasil. Nesse processo, buscou-se por pesquisas que investigassem os impactos que as atuais políticas educacionais neoliberais têm causado na educação pública.

Para a coleta de dados empíricos, optou-se pela utilização do Google Formulários, uma ferramenta digital que possibilita a criação e aplicação de questionários online de forma prática, segura e acessível, garantindo agilidade no processo de envio e retorno das respostas. Ao optar pela coleta de dados de forma remota, foi necessário também aprimorar a forma de dispersão do *link* que direcionou os sujeitos da pesquisa para o questionário online. Para isto, foram utilizadas redes de referência por meio de grupos de *WhatsApp* e listas de endereços de e-mail visando os professores da Educação Básica na esfera pública estadual. A ideia em si levou em conta o fato de que, ao se identificar com o tema da pesquisa, os próprios professores

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

compartilhassem entre si o *link* para o questionário. Neste sentido, a técnica conhecida como “Bola de Neve”, foi adaptada para atender a este objetivo.

O procedimento da Bola de Neve, ou *snowball sampling*, em inglês, consiste em uma pesquisa social na qual os participantes em si impulsionam a expansão da amostragem. Os atores sociais são indicados pelos seus pares, formando uma rede social em que um membro reconhece o outro, configurando uma forma de

amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (Baldin; Munhoz, 2011, p. 332).

Ao todo, a pesquisa atingiu 27 professores de Geografia que lecionam na Educação Básica em escolas de Foz do Iguaçu – PR. Conforme Gil (2019), a utilização de instrumentos digitais na pesquisa qualitativa tem se mostrado eficaz na obtenção de dados quando o objetivo é captar percepções, opiniões e experiências dos sujeitos em relação a um fenômeno social. Além disso, o uso do formulário eletrônico respeitou os princípios éticos da pesquisa, assegurando o anonimato dos respondentes e a confidencialidade das informações, conforme orientações da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

O questionário aplicado aos professores contém questões relacionadas à sua experiência como docentes nos colégios públicos com foco na autonomia ou falta desta. Neste estudo, considerando a limitação de páginas, utiliza-se apenas parte dos resultados alcançados. Todos participaram de maneira livre e esclarecida de acordo com o consentimento do participante do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). As informações obtidas no questionário foram processadas pela própria plataforma formulário do Google, gerando gráficos que auxiliaram as análises dos dados.

Para a etapa de análise interpretativa dos dados, utilizou-se, apenas de forma complementar, o instrumento de inteligência artificial, *ChatGPT* (OpenAI, 2025), com o objetivo de explorar possibilidades de organização textual, para a identificação de padrões linguísticos e para a elaboração de reflexões iniciais sobre os conteúdos examinados. Ressalta-se que todas as interpretações foram validadas criticamente pelos autores, preservando-se o

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

rigor acadêmico e a autoria da análise. A ferramenta foi empregada como apoio técnico, não substituindo a análise humana, de acordo com as informações do Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Registros de uso de inteligência artificial.

Etapa da Pesquisa	Ferramenta Usada	Objetivo	Resultados Gerados	Comandos Prompt
Mapeamento de Artigos. Leitura e Fichamento	ChatGPT (OpenAI, 2025)	Buscar referenciais teóricos atualizados sobre o tema da pesquisa.	Todas as pesquisas dos últimos cinco anos citadas na introdução e na metodologia do trabalho.	Indique pesquisas recentes, dos últimos cinco anos a respeito de autonomia docente, com foco no Estado do Paraná.
Auxiliar na construção do resumo do trabalho		Identificar no texto da pesquisa, os pontos mais relevantes incluindo: objetivo, método, resultados alcançados e conclusões. E, a partir disso, produzir uma síntese textual para apresentar a pesquisa.	Foi gerado um texto próximo do que se usa atualmente no estudo, no entanto, parte deste foi alterado para se adequar melhor as etapas e resultados alcançados na pesquisa.	Identifique as informações essenciais do texto em anexo e produza um resumo de artigo científico contendo: o objetivo da pesquisa, a metodologia utilizada, os principais resultados e conclusões da pesquisa.
Redação e edição de texto		Auxiliar no aperfeiçoamento da escrita acadêmica e corrigir erros de escrita e de português, devido a língua materna dos Autores ser o espanhol falado na Colômbia.	Apresentação do texto mais próximo do que se espera de um documento advindo de pesquisa científica.	Corrija os erros de português e de concordância no texto a seguir, aproximando-o da escrita acadêmica de acordo com as normas da ABNT.
Referências		Revisar o texto final a fim de examinar equívocos ou lacunas na apresentação das referências bibliográficas.	Esta ação possibilitou a entrega de um material textual mais consistente e eficiente do ponto de vista das normas da ABNT.	Com base nas normas da ABNT, analise o texto anexo, buscando por inconsistências nas referências bibliográficas reorganizando-as, se for o caso, do início ao final do texto.

Fonte: Autores, adaptado de Scussel (2025).

O uso ético e responsável de Inteligência Artificial Generativa (IAG) como instrumento de apoio a pesquisas científicas e a práticas pedagógicas por professores pesquisadores tem se tornado cada vez mais comum. Autores como Scussel (2025); Lima-Lopes (2025); Sousa (2024); Vicari *et al.* (2023), entre outros, têm realizado estudos para compreender melhor como os profissionais da educação tem feito uso consciente de IAG.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaios de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

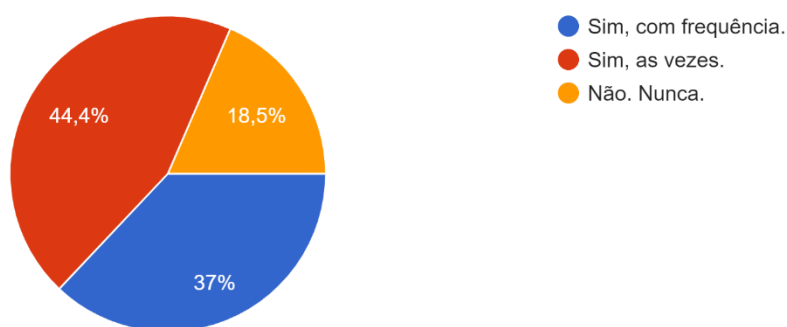
Essays of Geography | POSGEO-UFF

Neste estudo, defende-se o uso ético e responsável de IAG como instrumentos auxiliares no processo formativo e na mediação do pensamento crítico. Do ponto de vista ético, o uso da IAG foi declarado, conforme registros do Quadro 1, de forma ética e transparente, seguindo os princípios de integridade científica definidos pelo CNPq (2011). Reconhece-se, deste modo, a autoria humana como ponto central na produção do conhecimento a partir das sucessivas revisões realizadas a fim de não comprometer a originalidade ou autonomia epistemológica do estudo.

Análise dos Dados e Resultados Alcançados

A primeira questão analisada trata do uso de *slides* com conteúdos prontos, disponibilizados pela SEED-PR aos professores. Quando questionados se sofrem pressão para utilizá-los, 44,4% dos professores, quase metade dos respondentes, afirmam que sim, às vezes, enquanto 37 % responderam sim, com frequência e apenas 18,5 % responderam não, nunca (Gráfico 1):

Gráfico 1 – Uso de *slides* com conteúdos prontos, disponibilizados pela SEED-PR



Fonte: Autores (2025).

As duas porcentagens mais altas responderam sim, às vezes e sim, com frequência. Isso pode ser corroborado na resolução da SEED nº 2.857, de 2021 (Paraná, 2021), a qual enfatiza que todo procedimento dos professores dentro da aula deve ser monitorado pelo diretor ou diretor auxiliar, ou seja, os professores são obrigados a cumprirem todas as regras impostas pelo estado, dando prioridade a questões como frequência dos alunos, lista do RCO, *slides* prontos,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

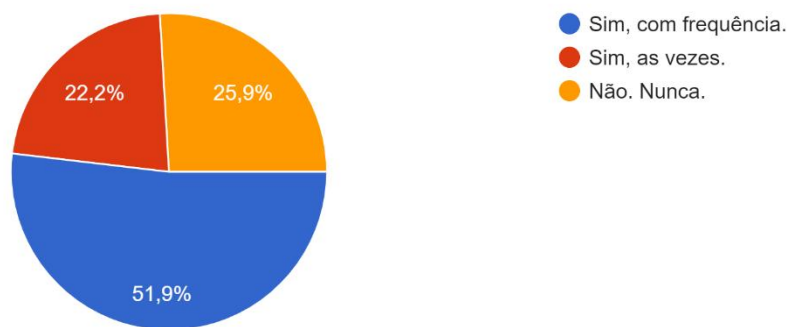
Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

sendo tudo documentado e reportado pelo relatório mensal de frequência, restando pouco tempo para o exercício do magistério, efetivamente.

Na segunda questão, perguntou-se aos professores, a respeito dos *slides* com conteúdos prontos disponibilizados pela SEED-PR, se esses já se sentiram substituídos do seu trabalho intelectual. A maioria, 51,9% responderam sim, com frequência; 22,2% sim, às vezes; e 25,9% disseram que não, nunca se sentem assim (Gráfico 2). Ao responderem que sim, que se sentem substituídos com frequência, os professores estão fazendo alusão ao fato de serem condicionados ao uso arbitrário dos materiais prontos, e por conta do excesso do uso das plataformas digitais impostas pelo estado.

Gráfico 2 – Sentimento de ser substituído do seu trabalho intelectual



Fonte: Autores (2025).

No trabalho de Contreras (2002), há fortes indícios de que o trabalho dos professores do Estado do Paraná, sofreu, e vem sofrendo, processos muito parecidos com o processo contínuo de desqualificação, produto da crescente regulação, tecnicidade e controle a que se encontram submetidos nos países anglo-saxões.

Na terceira questão, a respeito dos *slides* com conteúdos prontos disponibilizados pela SEED-PR, quando inqueridos a respeito de como classificam o nível pedagógico desses materiais oferecidos, 85,2% dos professores responderam que, pedagogicamente, em sua maioria, deixam a desejar, enquanto 14,8% responderam que são, em sua maioria, bons materiais pedagógicos (Gráfico 3).

Um dos fatores pelos quais, segundo os professores, os materiais disponibilizados são insuficientes e não correspondem às suas expectativas, para além do fato de conterem conteúdos

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



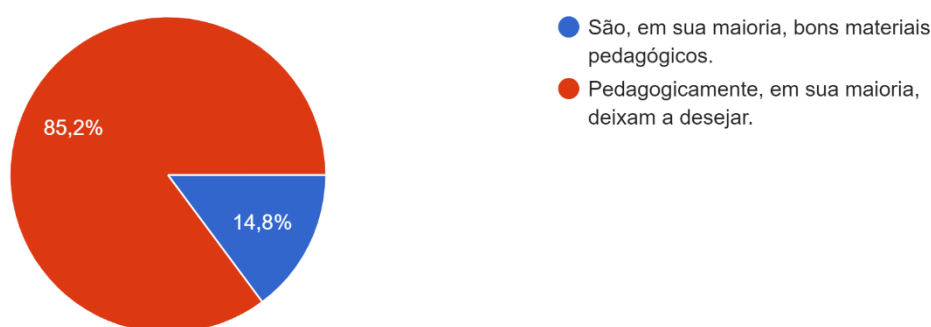
Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

simplicistas, deve-se ao fato de eles mais excluírem do que incluírem e por serem padronizados, desconsiderando as limitações de aprendizagem e as especificidades cognitivas dos alunos, como se todos estivessem no mesmo patamar de conhecimento e aprendessem da mesma forma. Para Saviani (2008), esta pedagogia oficial com características tecnicistas e conservadoras que se tenta generalizar é inconsistente e passível de contestação, pois atende aos interesses de grupos econômicos, auxiliando sua tentativa imposição hegemônica sobre a sociedade.

Gráfico 3 – Slides com conteúdos prontos, disponibilizados pela SEED-PR



Fonte: Autores (2025).

Os equívocos da padronização dos processos de ensino e aprendizagem ficam aclarados, na fala de Fernandes, *et al* (2023, p. 3), quando atestam que uma questão essencial revelada por professores durante as atividades do seu projeto de extensão é que, “o planejamento que tem vindo pronto nem sempre corresponde à realidade da turma, não sendo possível trabalhar todo o conteúdo previsto pelo excesso ou inadequação de atividades”.

Na quarta questão, que indaga qual a média de alunos por sala com os quais os professores têm trabalhado atualmente, em sua maioria, 77,8% responderam de 30 a 40 alunos por turma, 18,5% responderam de 25 a 30 alunos por turma e 3,7% responderam até 25 alunos por turma (Gráfico 4). A superlotação de alunos em sala de aula é algo bastante comum nos colégios paranaenses. Não há, atualmente, uma lei estadual em vigor no Paraná que fixe limite mínimo obrigatório de alunos por sala na educação básica.

Em 2005 a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (2005), aprovou o Projeto de Lei 486/2005, com tetos (Educação Infantil: 1ª série: 20; 2ª-4ª: 25; Educação Fundamental: 5ª-8ª: 30 e Ensino Médio: 35), mas o projeto foi vetado pelo Executivo em 2006 e não virou lei.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

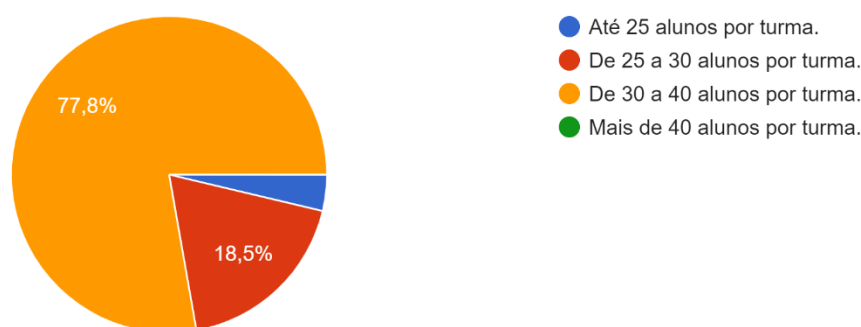
Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Desde 2012, a quantidade mínima e máxima de estudantes por turma nas escolas da rede estadual do Paraná é fixada pela Resolução 4527/2011. O documento estabelece de 25 a 30 para 5ª e 6ª séries, 30 a 35 para 7ª e 8ª e 35 a 40 alunos(as) no ensino médio.

Nas últimas décadas, houve uma tendência de se normalizar a questão da superlotação das salas de aulas, mesmo havendo pesquisas indicando as limitações pedagógicas e cognitivas deste modelo de ambiente de ensino e de aprendizagem. Segundo Costa (2025, s/p), “a superlotação não é apenas um problema pedagógico, mas também um ataque à dignidade dos professores e estudantes”. Na mesma linha, o autor aponta que não é raro ouvir de professores, pais e alunos relatos de que “frequentemente, há turmas com mais de 40 estudantes em uma sala de aula, realidade que também se repete em relatos de docentes em fóruns e grupos de discussão Brasil a fora”. A Associação dos Professores do Paraná (APP-Sindicato, 2023), tem dado visibilidade a diversas manifestações de educadores de todas as regiões do estado, denunciando a superlotação das salas de aula e as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar.

Gráfico 4 – Média de alunos por sala com os quais os professores têm trabalhado atualmente.



Fonte: Autores (2025).

Em reportagem da *BBC News Brasil*, Fernandes (2018) afirma que, de acordo com a OCDE, as escolas públicas do Brasil têm, em média, 37 alunos por sala de aula no primeiro ano do ensino médio, além de um dos números mais elevados de alunos por professor — 22 em média. Na mesma linha investigativa, em reportagem realizada para a *Folha de S. Paulo*, Palhares (2023), afirma que o excesso de estudantes e de carga de trabalho dificulta a melhoria dos baixos resultados educacionais, e que a média Brasileira de estudantes por professor é 50% superior à de países com melhores indicadores educacionais, como Estados Unidos, Japão e

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



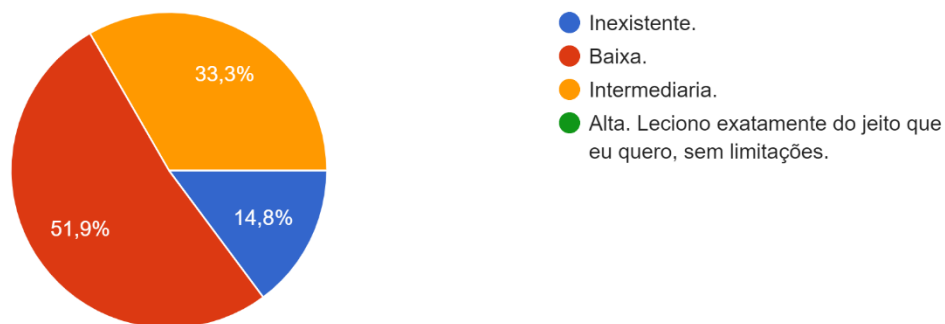
Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

França, em que os docentes trabalham com 200 alunos por ano. No Brasil, esta realidade é bastante diferente, chegando com frequência a 500 alunos por professor/ano, número acima da recomendação do Conselho Nacional de Educação de no máximo 300 estudantes. Ainda de acordo com a Fundação Carlos Chagas, “20% dos professores trabalham em mais de uma escola, enquanto nos três países analisados essa proporção não supera 5%. Além disso, 61% trabalham em mais de uma etapa da educação e 30% em redes de ensino diferentes”, situação que não ocorre nos demais países analisados” (Palhares, 2023, s/p).

Gráfico 5 – Classificação da autonomia docente

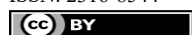


Fonte: Autores (2025).

A questão 5 interroga como os professores classificam a sua autonomia docente atualmente. Mais da metade dos professores, cerca de 51,9% responderam, classificam sua autonomia como baixa; 33,3% responderam intermediária; e 14,8% responderam que praticamente não possuem qualquer autonomia, marcando a opção “inexistente”. Cabe ressaltar que nenhum dos professores considerou indicar como opção possuir autonomia alta, lecionando exatamente de jeito que se quer, sem limitações (Gráfico 5).

Parte dos fatores que contribuem para esse contexto profissional precarizado tem relação com a aprovação e implementação da BNCC e do Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP). Na visão de Santos (2022), a proposta da BNCC visa estabelecer parâmetros para as escolas com conteúdos pré-definidos, engessando o trabalho docente. Segundo Freitas (2015), a BNCC visa responsabilizar escolas, punir ou premiar professores e diretores, facilitar a produção padronizada dos livros e outros materiais didáticos, aumentando o processo de privatização do ensino, e engessando a formação de professores. O autor aponta ainda que

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.
Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

é por isso que cada um dos objetivos de aprendizagem constantes do “Catálogo Nacional de Objetivos” ou base nacional comum, já nasce com uma sigla (por exemplo: LILP1FOA002) Esta é a sigla de um objetivo que “perseguirá” cada escola brasileira para “ver” como ela está se saindo. Cada uma destas siglas será convertida em outras amarrando a ela descritores de aprendizagem, em seguida a itens que comporão o banco nacional de itens das avaliações nacionais. Bases de dados (big data) serão construídas para registrar e acompanhar cada sala de aula em cada escola. Uma política educacional baseada em “controle” vai emergir para atormentar a vida de pais, alunos, professores e diretores. Pressão de escolarização antecipada sobre a educação infantil (Freitas, 2015, s/p.).

Paralelamente ao avanço das políticas neoliberais e do aumento do controle em função da padronização dos processos de ensino e de aprendizagem, ocorre a influência econômica de empresas especializadas em plataformas na educação pública. Tais métodos de gestão têm gerado, diariamente, diferentes ataques à autonomia docente. Autores como Pasini (2021); Freitas (2021); Maya (2022); Santos e Ribeiro (2023); Silva e Almeida (2024), entre outros, têm estudado e denunciado essas ações nos últimos anos, alertando sobre os efeitos catastróficos para a sociedade a curto, médio e longo prazo.

Para Contreras (2002), a proletarização de professores oferece uma perspectiva adequada para entender o tema em estudo. Segundo o autor, a tese básica da “proletarização de professores é que o trabalho docente sofreu uma subtração progressiva de uma série de qualidades que conduziram os professores à perda de controle e sentido sobre o próprio trabalho, ou seja, à perda da autonomia” (Contreras, 2002, p. 33).

Considerações finais

Esta pesquisa buscou contribuir para a análise do nível da autonomia docente e o seu papel na educação paranaense atual. Ao analisar os relatos dos professores e elencar os ataques à sua autonomia, percebe-se o tamanho dos desafios que estes enfrentam cotidianamente. As tensões geradas entre as tentativas de se libertarem das exigências por parte dos órgãos superiores, o excesso de burocracias e a padronização dos currículos e das avaliações têm afetado não apenas a profissão docente, mas a própria função social da escola na medida em que esta parece não estar mais preocupada com a formação de cidadãos críticos e sim com dados quantitativos frios, de eficiência duvidosa para fins políticos.

Considerando a conjuntura, fruto da análise dos dados, a adoção de dispositivos de

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

regulação (padrões curriculares, testes em larga escala e metas de desempenho) tem alterado os espaços de decisão da escola e dos docentes, afetando a autonomia pedagógica em diferentes contextos. Enquanto os políticos falam em educação de qualidade e de projetos educacionais inovadores, o trabalho dos professores está refém de parâmetros quantitativos e exigências impossíveis de se alcançar com o atual modelo educacional tecnicista deficiente, de infraestrutura precarizada, mantido por cláusulas e artigos de normativas perversas que atam a livre maneira de se ensinar e de se aprender.

Para além das observações iniciais no estágio, os dados da pesquisa evidenciam que os professores da rede estadual do Paraná residentes na região da cidade de Foz do Iguaçu vivenciam um cenário de intensas restrições à sua autonomia docente, marcado por imposições curriculares, pressões institucionais e burocracias excessivas. Embora o estudo tenha sido realizado com professores desta região do estado, todas as situações abstrusas geradas e relatadas pelos participantes da pesquisa foram provocadas a partir da aplicação de políticas públicas e instruções normativas estaduais publicadas pela SEED-PR e postas em prática pelos NRE, o que dá indícios de que essas situações estejam ocorrendo em outras regiões do estado.

Os dados demonstraram que a utilização de *slides* padronizados, a centralização dos processos avaliativos e o controle sobre as práticas pedagógicas têm provocado a sensação de substituição do trabalho intelectual docente e o esvaziamento de sua função crítica e criativa. Além disso, constatou-se que o excesso de alunos por sala, somado à exigência de cumprimento de metas e registros em plataformas digitais, compromete a qualidade das aulas, afetando o planejamento, o acompanhamento da aprendizagem e a saúde mental dos docentes. Nesse contexto, defende-se a autonomia docente como elemento essencial para a adaptação pedagógica, para a valorização profissional e para a promoção de um ensino significativo.

A ausência da autonomia, por outro lado, ligada a diversos outros fatores limitadores encontrados nas falas dos professores respondentes, pode gerar situações de adoecimento, com elevadas doses de estresse e ansiedade. Assim, reafirma-se que a autonomia docente não é apenas uma aspiração legítima, mas uma condição estruturante para a efetivação de uma escola pública democrática, plural e comprometida com as reais necessidades dos estudantes.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Referências

OLIVEIRA, D. A. Políticas conservadoras no Brasil: ameaças ao direito à educação e ataques à autonomia docente. **Revista Educación, Política y Sociedad**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 37-54, 2022. Disponível em: <https://revistas.uam.es/reps/article/view/15688>. Acesso em: 24 maio 2024.

APP-SINDICATO. Professores(as) denunciam turmas superlotadas no Paraná e contradizem governo. **APP-Sindicato**, 11 out. 2023. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/professoras-denunciam-turmas-superlotadas-no-parana-e-contradizem-governo/>. Acesso em: 23 set. 2025.

ARROYO, M. G. **Impasses da escola pública**: entre o controle institucional e a formação humana. Petrópolis: Vozes, 2012.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em Educação Ambiental Comunitária. In: Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 10., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Editora PUC, 2011.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Art. 206, II. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Texto compilado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 maio. 2025.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Diretrizes éticas para a integridade na atividade científica**. Brasília: CNPq, 2011. Disponível em: <http://memoria2.cnpq.br/web/guest/diretrizes>. Acesso em: 11 jul. 2025.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, V. M. da. A tragédia da superlotação nas escolas públicas brasileiras e o descaso com a educação. **Plena. Acontece**, abr. 2025. Educação. Disponível em: <https://portalplena.com/news/a-tragedia-da-superlotacao-nas-escolas-publicas-brasileiras-e-o-descaso-com-a-educacao/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FERNANDES, D. Salas lotadas e pouca valorização: *ranking* global mostra desgaste dos professores no Brasil. **BBC News Brasil**, São Paulo, 11 jun. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44436608>. Acesso em: 20 maio 2025.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaios de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

FREIRE, P. **Conscientização**: Teoria e Prática da Libertação – Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, L. C. de. Política Educacional e Base Nacional – final. **Avaliação Educacional**, 18 set. 2015. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2015/09/18/politica-educacional-e-base-nacional-final-2/>. Acesso em: 21 maio 2025.

FREITAS, T. C. A economia de plataformas na educação: novos arranjos e desafios para os professores. **Educação & Sociedade Digital**, v. 5, n. 1, p. 23–45, mar. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, C. R. O impacto da BNCC nas práxis docente: controle curricular e desalojamento da autonomia. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, n. 148, p. 567-586, jul. 2021.

KLEIN, N. **A doutrina do choque**: A ascensão do capitalismo de desastre. Tradução de Vania Cury. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan./mar. 2016.

LIMA-LOPES, R. E. de. Por uma revisão crítica do uso de inteligência artificial na educação. **SciELO Preprints**, Campinas, v. 1, mar. 2025.

MAYA, L. S. As plataformas de aprendizagem online e a reconfiguração do trabalho docente: um olhar sobre as universidades públicas. **Educação & Tecnologia**, v. 10, n. 2, p. 112–132, jun. 2022.

MELO, F. J. Mercantilização e controle: a nova face da gestão escolar e seus efeitos na autonomia do professor. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 47, n. 3, p. 1–22, set. 2022.

OLIVEIRA, P. D. As plataformas digitais e a privatização da educação pública no Paraná. **Educação UFPR**, 26 out. 2023. Disponível em: <https://educacao.ufpr.br/noticias-cpt/as-plataformas-digitais-e-a-privatizacao-da-educacao-publica-no-parana/>. Acesso em: 2023.

OPENAI. **ChatGPT (versão GPT-4)**. *Software* de computador. 2025. Disponível em: <https://chat.openai.com>. Acesso em: 2 jul. 2025.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente.

Ensaio de Geografia. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

PACHECO, L. S.; SILVA, A. P. Avaliação padronizada e limitações da autonomia dos professores na educação básica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, São Paulo, v. 103, n. 265, p. 45–67, jan. 2023.

PALHARES, I. Um terço dos professores brasileiros trabalha com mais de 300 alunos por ano. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 14 maio 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/05/um-terco-dos-professores-brasileiros-trabalha-com-mais-de-300-alunos-por-ano.shtml>. Acesso em: 20 maio 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Resolução SEED n. 2.857, de 2 jul. 2021. Estabelece os procedimentos complementares referentes à atuação, atribuições e competências do Diretor e do Diretor Auxiliar das instituições de ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, n. 10970, 6 jul. 2021. Disponível em: https://nreparanavai.educacao.pr.gov.br/sites/paranavai/files/qas/8817/res_2857_2021_atribuicoes_e_procedimentos_dos_diretores_e_diretores_auxiliares.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

PASINI, J. F. S. BNCC e impactos para as avaliações educacionais. In: PERONI, V. M. V.; CAETANO, Maria, M. R.; VALIM, P. de L. Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 15, n. 36, p. 1-23, ago. 2021.

RIBEIRO, P. M.; TAVARES, M. C. Políticas de *accountability* e a precarização docente no contexto paulista. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, p. 139–160, mar. 2024.

SANTOS, A. P.; RIBEIRO, E. F. Plataforma e poder: governança algorítmica em ambientes virtuais de aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação a Distância**, v. 18, n. 3, p. 78–99, set. 2023.

SANTOS, R. BNCC e o fim da autonomia docente: a nova geografia a serviço do capital. **Síntese**, 2022. Disponível em: <https://sintese.org.br/>. Acesso em: 2025.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCUSSEL, F. **Como usar Inteligência Artificial na Escrita Acadêmica**. Especialista em escrita acadêmica. Masterclass, 2025.

SILVA, C. M.; ALMEIDA, J. R. Plataforma como infraestrutura: implicações para a autonomia docente no ensino remoto. **Mediação & Educação**, v. 7, n. 1, p. 55–74, fev. 2024.

SILVEIRA, M. da S. O cerceamento da autonomia profissional docente por tecnologias de gestão. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, n. 2, p. 321–344, abr. 2025.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

SOUSA, H. de; CRUZ, D. M. Capacitando educadores com IA generativa: implicações na educação. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO (SBIE)*, 35., 2024, Rio de Janeiro. **Anais...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2024. p. 1931–1941.

TORRES SANTOMÉ, J. **Globalização e interculturalidade**: o desafio de educar para a cidadania global. Tradução: Selvino Assmann. Petrópolis: Vozes, 2005.

VICARI, R. M.; BRACKMANN, C. P.; MIZUSAKI, L. E. P.; GALAFASSI, C. **Inteligência Artificial na Educação Básica**: novas aplicações e tendências para o futuro. São Paulo: Novatec, 2023.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Trochez, Enuar Yesid Calambas; Rocha, Marcelo Augusto. Educação Pública Paranaense: entre a prescrição do Estado e a autonomia docente. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 13, nº 26, e132608, 2026.

Submissão em: 13/08/2025. Aceito em: 28/01/2026.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons